



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0014

BI-2024-0010

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 01/03/2024

Hora: 10:55

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho. A inspeção foi realizada sem aviso prévio, tendo sido efetuada no seguimento da inspeção anterior (BI-2020-0063), realizada a 16/09/2020.

No local, fomos acompanhados por Valerie Valadão Feliciano Lopes (escriturária), Armando José Aguiar Machado (desmantelador de sucata/VFV) e Hélio Francisco Pires Sales (responsável da instalação).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Serralharia do Outeiro, Lda

NIPC/NIF: 512043825

Sede/morada: Rua do Outeiro n.º 68

Código Postal: 9500-379

Freguesia: Arrifes

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Instalações da Serralharia do Outeiro - Terceira

Endereço: Zona Industrial, lote 63 e 70

Código Postal: 9700-135

Freguesia: São Bento

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

Atividade principal: 38321 - Valorização de resíduos metálicos

Outras atividades: 38311-Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida.

38313-Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida.

38322-Valorização de resíduos não metálicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Período de funcionamento: Dias úteis 8:00-12:00 e 13:00-17:00. Sábados 8:00-12:00.

Licenciamento da atividade: Alvará OGR n.º 19/DRA/2019, válido até 31/10/2024.



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação tem uma área total aproximada de 7600 m² e abrange dois lotes contíguos. O lote 70, com cerca de 5100 m² é constituído por um armazém que incorpora uma área para despoluição e desmantelamento de VFV, uma área de desmantelamento de REEE e uma área de armazenagem de resíduos e materiais e que integra as áreas de caráter social e administrativo, e por um logradouro destinado às operações de triagem e compactação de metais ferrosos e armazenamento temporário de diferentes tipologias de resíduos em baías. O lote 63, com aproximadamente 2500 m² é destinado às operações de armazenagem de VFV e estacionamento de contentores.

À exceção da zona de depósito de metais ferrosos, toda a instalação apresenta pavimento impermeabilizado, com encaminhamento das águas para um decantador de hidrocarbonetos e respetivo sumidouro.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Águas oleosas	2 separadores de hidrocarbonetos	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Licença de descarga de águas residuais com alvará n.º AR/2022/164, válida por 5 anos (10/08/2027).
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Análise anual dos dois separadores de hidrocarbonetos. Verificados relatórios de 2022 e 2023.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Os relatórios de 2023 foram remetidos apenas em março de 2024.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos recebidos são provenientes de duas fontes:

- Recolha efectuada com meios próprios, dispondo de viaturas equipadas com gruas que permitem movimentar os resíduos. (ver ponto 7.2.7 deste procedimento)
- Recepção no Parque de Gestão de Resíduos - Recicloambi.

Assim, qualquer tipo de resíduo que dê entrada no parque, é devidamente identificado, quantificado e registado. Assim a ADM regista a seguinte informação:

- Proveniência do resíduo, incluindo a identificação do produtor ou detentor do resíduo (cujas cópias do documento oficial de identificação e do cartão de contribuinte são digitalizados e arquivadas);
- Morada do produtor ou detentor;
- A identificação do transportador;
- A origem declarada e o dia e hora da receção;
- Descrição do material recepcionado ou adquirido, designadamente o LER, a quantidade, tipologia, características e valor;
- Meios de pagamento em causa.

Todos os procedimentos estão descritos no “PT GR 02: Procedimento de trabalho – Gestão de resíduos” da empresa.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	276,388 t	R13, R12	Fonte: SRIR 2022
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	1812,266 t	R13, R12	Fonte: SRIR 2022
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	146,083 t	R13, R1	Fonte: SRIR 2022

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
PONTO DE RECOLHA PLÁSTICO AGRÍCOLA - PRAIA DA VITÓRIA	311,70 t (13,9 % do total de resíduos recebidos)
PONTO DE RECOLHA DE PLÁSTICO AGRÍCOLA - ANGRA DE HEROÍSMO	297,92 t (13,3 % do total de resíduos recebidos)
Serralharia do Outeiro, Lda. - Terceira	196,49 t (8,8 % do total de resíduos recebidos)
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM	190,54 t (8,5 % do total de resíduos recebidos)
USFORAZORES	145,47 t (6,5 % do total de resíduos recebidos)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
19 12 02	Metais ferrosos	1054,175 t	<ul style="list-style-type: none">SUCATAS DE RAMIL, S.ASUCATAS REAL DA SILVA & CRUZ, LDA.Ambinew - Serviços e Comércio, LDARVO - Reciclagem Valorização Outeirense, Lda.
02 01 04	Resíduos de plásticos (excluindo embalagens)	645,549 t	Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
16 01 06	Veículos em Fim de Vida esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos	235,340 t	<ul style="list-style-type: none">RVO - Reciclagem Valorização Outeirense, Lda.Serralharia do Outeiro, Lda - Terceira
16 01 04*	Veículos em Fim de Vida	151,668 t	Serralharia do Outeiro, Lda - Terceira
20 03 07	Monstros	93,060 t	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
19 12 03	Metais não ferrosos	64,944 t	RVO - Reciclagem Valorização Outeirense, Lda
16 06 01*	Acumuladores de chumbo	30,376 t	<ul style="list-style-type: none">RVO - Reciclagem Valorização Outeirense, Lda.RVO Lda - Lamarosa
16 02 11*	Equipamento fora de uso clorofluorcarbonetos, HCFC, HFC	28,160 t	<ul style="list-style-type: none">Ambigroup Reciclagem, S.A. – MetaisRDUZ - GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS, S.A.
16 01 03	Pneus usados	26,320 t	<ul style="list-style-type: none">Varela e Cª Lda - Ecocentro TerceiraSerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
17 02 01	Madeira	22,870 t	TECNOVIA AMBIENTE, LIMITADA. (Ilha Terceira)

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Alguns REEE em locais descobertos. Na zona não impermeabilizada verificou-se a dispersão de diversos resíduos não metálicos (muitos plásticos e embalagens).
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Cumprido parcialmente	Prazos de despoluição e de desmantelamento dos VFV ainda apresentam algumas falhas.
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Cumprido parcialmente	Alguns REEE em locais descobertos.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Foto 1 – Resíduos acumulados na zona não impermeabilizada, verificando-se a dispersão de muitos resíduos plásticos e de embalagens.

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
b) Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
c) A instalação deve estar dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	Licença de descarga de águas residuais com alvará n.º AR/2022/164, válida por 5 anos (10/08/2027).
e) Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
f) Deve estar disponível um sistema de pesagem com báscula, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
g) Devem estar registados os procedimentos adotados para o controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	Todos os procedimentos estão descritos no “PT GR 02: Procedimento de trabalho – Gestão de resíduos” da empresa.
h) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	Gestão efetuada no programa Eurogest.
i) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não verificado	
j) Deve ser implementado um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	Folha de Excel com registo dos VFV.
k) Deve ser implementado um sistema de registo de quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não cumprido	Não é efetuado o registo dos componentes e materiais dos VFV.
l) Deve ser implementado um sistema de registo de frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não verificado	
m) A zona de armazenagem dos VFV deve ser impermeabilizada, com área suficiente para que os mesmos não sejam colocados uns em cima dos outros ou de lado, equipado com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
n) A zona de desmantelamento dos VFV deve ser coberta, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
o) A zona de armazenagem de componentes e materiais retirados dos VFV, deve ser coberta, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras, devendo estar equipada com recipientes adequados e devidamente identificados para o armazenamento separado de acumuladores, filtros, condensadores contendo PCB, fluidos e de componentes destinados a reutilização;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
p) A zona de armazenagem de frações resultantes da fragmentação dos VFV deve ser impermeabilizada e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras, devendo a armazenagem ser efetuada de forma a evitar danos nos componentes que contenham fluidos, nos recuperáveis ou nos sobressalentes;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
q) O tratamento para a despoluição dos VFV deve ser realizado no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito, remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos, nomeadamente airbags e pré -tensores dos cintos de segurança, remoção do combustível, incluindo o GPL, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidades, do óleo dos sistemas hidráulicos, dos líquidos de arrefecimento, do anticongelante, dos fluidos dos travões, dos fluidos dos sistemas de ar condicionado e de quaisquer outros fluidos contidos no VFV, a menos que sejam necessários para efeitos de reutilização das peças visadas, remoção, na medida do possível, de todos os componentes identificados como contendo mercúrio, remoção de todos os componentes e materiais rotulados ou de outro modo indicados nos termos do anexo I, no caso dos VFV das categorias M1, N1 e de veículos a motor de três rodas, com exclusão dos triciclos a motor. A data da realização das operações de tratamento para a despoluição deve ser registada, com indicação do funcionário responsável pelas operações;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido parcialmente	Foi consultado o registo dos VFV que entraram no estabelecimento, tendo-se verificado o seguinte: <ul style="list-style-type: none">em 2023 foram recebidos 286 VFV, dos quais 262 (91,6%) foram despoluídos dentro do prazo, 11 fora de prazo e 13 não têm indicação de ter sido despoluídos;em 2024, até 15 dias antes da ação inspetiva, foram recebidos 35 VFV, dos quais 23 (65,7%) foram despoluídos dentro do prazo, 3 fora de prazo e 9 não têm indicação de ter sido despoluídos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
r) As operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem dos VFV devem ser realizadas no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção de todos os componentes suscetíveis de reutilização como peças em segunda mão, quando técnica e economicamente viável, a remoção dos catalisadores, a remoção dos componentes metálicos que contenham cobre, alumínio e magnésio, se esses metais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção de pneus, a remoção de grandes componentes de plástico, nomeadamente para-choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos e outros, se estes materiais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção dos vidros A data da realização das operações de desmantelamento deve ser registada, com indicação do funcionário responsável pelas operações;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não cumprido	Dos 54 VFV recebidos em janeiro e fevereiro de 2023, 30 não foram desmanteladas no prazo de 1 ano.
s) É proibida a alteração física de VFV, nomeadamente através de compactação ou fragmentação, que não tenham sido submetidos às operações de tratamento para a despoluição e às operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
t) A zona de armazenagem dos REEE deve ser coberta, apresentar superfície impermeável para áreas adequadas, apetrechadas com sistema de recolha de derramamentos, e quando apropriado, dotado de decantadores e purificadores-desengorduradores;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
u) A zona de tratamento dos REEE deve ser coberta, com superfície impermeável e equipada com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras e deve dispor de balanças para medição do peso dos resíduos tratados e de contentores e áreas adequados para armazenamento das peças e componentes;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
v) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido parcialmente	A acumulação de resíduos em algumas zonas estende-se para além das áreas delimitadas.
w) Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
x) Todos os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
y) Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, devendo ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
z) Os resíduos líquidos devem ser armazenados em sistemas de contentorização adequados, selecionados de acordo com as características do resíduo. No caso dos resíduos perigosos líquidos, a sua armazenagem deve ser realizada em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
aa) Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser acondicionados em recipientes estanques, com uma composição que não reaja com os componentes dos referidos resíduos, e armazenados com o líquido no seu interior e na posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
bb) O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não verificado	
cc) Deve ser dado cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não verificado	
dd) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	
ee) A instalação deve estar dotada de equipamento de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Não verificado	
ff) Todos os colaboradores devem estar devidamente informados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em respeito pelas normas legais aplicáveis.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	Verificados certificados de formação de 4 trabalhadores (especificamente para desmantelamento de VFV).
gg) O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro e na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro e deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida, quando aplicável.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 19/DRA/2019	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
---	---

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
---	---	---	---

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	---	---
5 ≤ TECO ₂ < 50	---	---
50 ≤ TECO ₂ < 500	---	---
TECO ₂ ≥ 500	---	---

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Cumprido	Técnico com formação profissional da FORCONSULTING. Certificado válido até 13/06/2029.
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º DL 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
---	---	---	---

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	---	---
3 ≤ Carga < 30	---	---
30 ≤ Carga < 300	---	---
Carga ≥ 300	---	---

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona industrial, sem recetores sensíveis.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	Verificou-se a existência de estações rateiras na instalação.
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Não verificado	

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro de responsabilidade ambiental com apólice n.º RC38329196 (Fidelidade)

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Incumprimento da condição estabelecida na alínea k) do n.º 4 do Alvará OGR n.º 19/DRA/2019 (sistema de registo de componentes e materiais dos VFV). O incumprimento das condições impostas no alvará de licença de operador de gestão de resíduos previstas no n.º 4 do artigo 91.º, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. Incumprimento da condição estabelecida na alínea r) do n.º 4 do Alvará OGR n.º 19/DRA/2019 (prazo de 1 ano para o desmantelamento dos VFV). O incumprimento das condições impostas no alvará de licença de operador de gestão de resíduos previstas no n.º 4 do artigo 91.º, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
3. Alguns REEE encontravam-se armazenados em locais descobertos e na zona impermeabilizada verificou-se a dispersão de diversos resíduos não metálicos (muitos plásticos e resíduos de embalagens). O incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos, em violação do disposto no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

NOTA: Relativamente aos prazos para a despoluição dos VFV (15 dias) foram cumpridos de um modo geral em 2023 (mais de 91% de cumprimento do prazo), no entanto verifica-se um retrocesso nessa percentagem em 2024, pelo que o operador deverá ter atenção a esta situação e garantir o seu cumprimento integral em futura inspeção.

11 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: envio à entidade licenciadora (DRAAC) para conhecimento.